

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2022 R\$ 50,5 milhões, aumento de R\$ 19,9 milhões, ou 64,8% em relação ao ano anterior. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável.

Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2022 R\$ 36,1 milhões, com aumento de 36,7% em relação a 2021. O lucro por ação foi de R\$ 0,60 em 2022 e R\$ 0,58 em 2021.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável

das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica. As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2021
Receita líquida com títulos de capitalização		73.952	67.279	
Arrecadação com títulos de capitalização	15	984.882	873.325	
Variação da provisão para resgate		(910.930)	(806.046)	
Varição das provisões técnicas		(6.584)	(7.922)	
Resultado com sorteo		(4.113)	(3.270)	
Custos de aquisição	16	(35.746)	(22.871)	
Outras receitas e despesas operacionais		510	(89)	
Despesas administrativas	17	(14.623)	(13.641)	
Despesas com tributos		(3.953)	(3.461)	
Resultado financeiro	18	50.485	30.625	
Resultado operacional		59.928	46.650	
Resultado antes dos impostos e participações		59.928	46.650	
Imposto de renda	10.2	(14.450)	(11.661)	
Contribuição social	10.2	(9.329)	(8.546)	
Participações sobre o lucro		(26)	(15)	
Lucro líquido do exercício		36.123	26.428	
Quantidade de ações		59.832	45.229	
Lucro líquido por ação - R\$		0,60	0,58	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	36.123	26.428
Outros resultados abrangentes	(6.383)	(39.220)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(10.638)	(65.367)
Efeitos tributários	4.255	26.147
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	29.740	(12.792)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		36.123	26.428
Variação nas contas patrimoniais:			
Aplicações financeiras		(105.209)	(26.571)
Créditos tributários e previdenciários		1.797	929
Ativo fiscal diferido		(4.335)	(20.543)
Despesas antecipadas		140	(175)
Custo de aquisição diferidos		(9.924)	(7.462)
Impostos e contribuições		9.254	21.426
Outros ativos		71	(410)
Outras contas a pagar		(2.575)	2.894
Depósitos de terceiros		(124)	2.326
Provisões técnicas - capitalização		227.228	174.094
Pagamento de provisões judiciais		196	160
Outros passivos		(97)	(46.142)
Caixa consumido pelas operações:			
Impostos sobre o lucro pagos		(8.941)	(20.131)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		143.604	106.823
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(35.000)	(5.029)
Aumento de capital	14a	45.000	51.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		10.000	45.971
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		153.604	152.794
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		249.677	96.883
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		403.281	249.677

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, com também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		696.225	413.936	Circulante		1.000.679	914.674
Disponível		1.099	560	Contas a pagar		4.665	9.513
Caixa e bancos		1.099	560	Obrigações a pagar		2.480	7.808
Equivalentes de caixa	7	402.182	249.117	Impostos e encargos sociais a recolher		186	148
Aplicações financeiras	8	265.331	144.520	Encargos trabalhistas		13	16
Outros créditos operacionais		290	394	Impostos e contribuições		1.834	1.521
Títulos e créditos a receber		47	1.815	Outras contas a pagar		152	20
Créditos tributários e previdenciários		18	1.815	Débitos de operações com capitalização		9.296	6.710
Outros créditos		29	-	Débitos operacionais		591	505
Custo de aquisição diferidos	9	27.241	17.355	Outros débitos operacionais		8.705	6.205
Capitalização		27.241	17.355	Depósitos de terceiros	12	2.253	2.377
Despesas antecipadas		35	175	Provisões técnicas - capitalização	11.1	984.465	896.074
Não circulante		825.051	836.276	Provisão para resgates		937.604	858.307
Realizável a longo prazo		825.051	836.276	Provisão para sorteo		4.627	2.596
Aplicações financeiras	8	794.473	810.075	Provisão administrativa		42.234	35.171
Títulos e créditos a receber		25.023	20.684	Não circulante		335.025	195.992
Créditos tributários e previdenciários	10.1	24.997	20.662	Contas a pagar		10	10
Depósitos judiciais e fiscais		26	22	Tributos diferidos		10	10
Custo de aquisição diferidos	9	5.555	5.517	Provisões técnicas - capitalização	11.1	334.343	195.506
Capitalização		5.555	5.517	Provisão para resgates		326.321	186.609
				Provisão para sorteo		-	396
				Provisão administrativa		8.022	8.501
				Outros débitos	13	672	476
				Provisões judiciais		672	476
				Patrimônio líquido	14	185.572	139.546
				Capital social		125.000	81.000
				Aumento de capital (em aprovação)		35.000	34.000
				Reservas de lucros		62.649	55.240
				Ajustes de avaliação patrimonial		(37.077)	(30.694)
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.521.276	1.250.212

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		18.900	45.100	35.089	8.526	-	107.615
Aumento de Capital:	11 a						
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 138		45.100	(45.100)	-	-	-	-
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 529		6.000	-	-	-	-	6.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 560		7.000	-	-	-	-	7.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 572		4.000	-	-	-	-	4.000
AGE de 29 de outubro de 2021		-	12.000	-	-	-	12.000
AGE de 30 de novembro de 2021		-	10.000	-	-	-	10.000
AGE de 28 de dezembro de 2021		-	12.000	-	-	-	12.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(39.220)	(39.220)	(39.220)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.428	26.428
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	11 b(i)	-	-	1.321	-	(1.321)	-
Reservas estatutárias	11 b(ii)	-	-	18.830	-	(18.830)	-
Dividendos mínimos	11 d	-	-	-	-	(6.277)	(6.277)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		81.000	34.000	55.240	(30.694)	-	139.546
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		-	-	(20.000)	-	-	(20.000)
Aumento de Capital:							
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 639	14a	12.000	(12.000)	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 924	14a	10.000	(10.000)	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 944		12.000	(12.000)	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 976		10.000	-	-	-	-	10.000
AGE de 28 de julho de 2022		-	10.000	-	-	-	10.000
AGE de 28 de dezembro de 2022		-	25.000	-	-	-	25.000
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	9	-	-	9
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(6.383)	(6.383)	(6.383)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	36.123	36.123
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	14 b(i)	-	-	1.806	-	(1.806)	-
Reservas estatutárias	14 b(ii)	-	-	25.594	-	(25.594)	-
Dividendos mínimos e intermediários (R\$ 0,15 por ação)	14 C	-	-	-	-	(8.723)	(8.723)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		125.000	35.000	62.649	(37.077)	-	185.572

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de maio de 2012, autorizada a operar pela Portaria nº 4.695, de 03 de julho de 2012, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar, em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a administração e a comercialização de títulos de capitalização em qualquer das suas modalidades ou formas e a prática de outras operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Bloco A – 6º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

—★ continuação

O CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023.

2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e Classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) **Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado - Títulos para Negociação** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) **Títulos Disponíveis para Venda** São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) **Mantidos até o Vencimento** São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) **Empréstimos e Recebíveis** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das operações de seguros e resseguros”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos operacionais” que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) **Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Títulos para negociação” e “Títulos disponíveis para venda” baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos.

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado, quando aplicável.

3.3 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos títulos de capitalização, também são diferidos com o mesmo critério.

3.4 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas são constituídas conforme as legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais e estão descritos resumidamente a seguir:

Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída para cada título que está em vigor ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano. Mensalmente a provisão é capitalizada pelo indexador e taxa de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento.

Provisão para Resgates (PR) é constituída a partir da data do evento gerador do resgate para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título.

Provisões para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data de constituição, ainda não tenham sido realizados.

Provisões para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída a partir da data da realização do sorteio, sendo atualizada conforme previsto nas condições gerais do plano, desde a data do sorteio até a liquidação financeira.

Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. O diferimento das despesas é efetuado “pró rata” entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

Abaixo descrevemos as taxas de carregamento dos principais produtos comercializados:

Processo SUSEP	Tipo PU	Taxa Carregamento
15414.901622/2019-81	PU	7,80%
15414.901713/2019-16	PU	6,30%
15414.900181/2019-08	PU	20,10%
15414.902267/2019-67	PU	6,30%
15414.601011/2020-79	PU	8,80%
15414.601323/2020-82	PU	7,80%
15414.601325/2020-71	PU	5,90%
15414.601326/2020-16	PU	6,90%
15414.601327/2020-61	PU	7,00%
15414.606128/2020-50	PU	9,70%
15414.606128/2020-49	PU	7,80%
15414.612744/2020-39	PU	7,80%

3.5 RECONHECIMENTO DE RECEITA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado “pró rata temporis” de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 3.4).

O fato gerador para a contabilização das receitas referentes aos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será emissão do título, para a primeira parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas.

3.6 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período a medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 120 semestrais.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.10 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos (“impairment”), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento

econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações contábeis intermediárias. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por: **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, 100% das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada (“impaired”).

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de stress), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	406.998	–	249.677	–
Fluxo de 0 a 30 dias	483.736	61.225	288.105	60.535
Fluxo de 31 a 180 dias	236	361.040	–	299.356
Fluxo de 181 a 360 dias	40.370	501.394	35.316	346.011
Fluxo acima de 360 dias.....	1.096.468	484.477	984.770	433.311
	2.027.808	1.408.136	1.557.868	1.139.213

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prefixados.....	82,4%	88,4%
Pós-fixados (Selic/CDI).....	17,1%	11,5%
Inflação (IPCA/IGPM).....	0,5%	–
Outros.....	–	0,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de stress da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de stress, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de “tracking error” e “Benchmark-VaR”, utilizados para iso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Cenário (*)	Impacto na carteira
+50 b.p.	(678)
+25 b.p.	(351)
+10 b.p.	(143)
- 10 b.p.	143
- 25 b.p.	351
- 50 b.p.	678
+50 b.p.	(138.928)
+25 b.p.	(73.655)
+10 b.p.	(30.734)
- 10 b.p.	30.734
- 25 b.p.	73.655
- 50 b.p.	138.928
± 50 b.p.	2.485
± 25 b.p.	2.071
± 10 b.p.	1.656

(i) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário provável de “stress” para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

continua —★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

★ continuação

Resalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de stress e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	185.572	139.547
(+/-) Ajustes contábeis	(57.829)	(43.707)
Despesas antecipadas.....	(36)	(175)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR.....	(17.949)	(12.194)
DAC não diretamente relacionados à PPNG.....	(32.796)	(22.871)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-).....	(7.048)	(8.467)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(34.437)	(23.160)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento.....	(34.437)	(23.160)
PLA de nível 1	93.306	72.680
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real.....		
soc. capitalização (+).....	2.348	1.743
PLA de nível 2	2.348	1.743
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+).....	7.048	8.467
PLA de nível 3	7.048	8.467
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	102.702	82.890
Capital base (I)	10.800	10.800
Capital de risco (II)	46.989	56.450
Capital de risco de subscrição.....	6.924	5.587
Capital de risco de mercado.....	38.288	49.192
Capital de risco de crédito.....	842	1.283
Capital de risco operacional.....	6.134	5.177
Benefício da correlação entre riscos.....	(5.199)	(4.789)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	46.989	56.450
Suficiência de capital	55.713	26.440

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	402.182	249.117
	402.182	249.117

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
LFTs.....	260.163	144.520
Outros.....	2.705	-
Total - circulante	262.868	144.520
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	25%	15%

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
NTNs - F.....	340.249	358.324
Total - não circulante (*)	340.249	358.324
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	32%	38%

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 402.068 (R\$ 409.504 em dezembro de 2021).

8.3 ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
NTNs - F.....	446.054	451.751
NTNs - B.....	8.170	-
LTN.....	2.463	-
	456.687	451.751
Circulante.....	2.463	-
Não circulante.....	454.224	451.751
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	43%	47%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 399.291 (R\$ 409.642 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	1.203.712	1.023.243
Aplicações.....	231.390	823.186
Resgates.....	(97.955)	(655.350)
Rendimentos.....	123.739	78.000
Ajuste a valor de mercado.....	1.100	(65.367)
Saldo final	1.461.986	1.203.712

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Taxas de juros % (a.a.)		
Equivalentes de caixa (*).....	13,60	9,10
Fundos exclusivos		
NTNs - F.....	7,96	7,96
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio).....	0,12	0,16
NTNs - B.....	5,42	-
Carteira própria		
NTNs - F.....	6,99	-

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 13 meses.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	22.872	15.410
Constituição.....	45.652	30.317
Apropriação para despesa.....	(35.728)	(22.855)
Saldo final	32.796	22.872
Circulante.....	27.241	17.355
Não circulante.....	5.555	5.517

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias decorrentes de:				
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros.....	20.471	12.065	(7.809)	24.727
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas.....	190	93	(18)	265
Outras provisões.....	1	6	(2)	5
	20.662	12.164	(7.829)	24.997

10.1.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Valor		
2023.....	2.763	2.763
2024.....	106	106
2025.....	13.195	13.195
2026 a 2030.....	8.933	8.933
Total - Ativo	24.997	24.997

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Resultado antes dos impostos e participações.....	59.928	46.650
(-) Participações nos resultados.....	(26)	(15)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	59.902	46.635
Alíquota vigente (i).....	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(23.961)	(18.654)
Benefícios fiscais.....	471	-
Outros.....	(289)	(1.553)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	182	(1.553)
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(23.779)	(20.207)
Taxa efetiva (D/A)	39,7%	43,3%

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

11 PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS - CAPITALIZAÇÃO

11.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial - 31 de dezembro de 2021	983.421	61.495
Constituição de provisão.....	927.712	- 3.856
Atualização monetária e juros.....	71.433	241
Pagamento de títulos sorteados.....	-	-
Pagamento de resgates..	-	(2.468)
Títulos cancelados.....	(16.842)	-
Constituição de despesas administrativas.....	-	-
Baixa de despesas administrativas.....	-	-
Baixa de sorteio decorrido.....	-	(3.847)
Transferência PRA.....	(182.322)	182.504
Transferência PRV.....	(570.805)	570.802
Reculta com penalidades.....	(2.611)	-
Saldo final - 31 de dezembro de 2022	1.209.986	53.940
Circulante.....	984.465	334.343
Não circulante.....	225.521	19.597

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial - 31 de dezembro de 2020	801.441	78.249
Constituição de provisão.....	829.826	-
Atualização monetária e juros.....	45.997	46
Pagamento de títulos sorteados.....	-	(2.252)
Pagamento de resgates	-	(684.862)
Títulos cancelados.....	(23.780)	-
Constituição de despesas administrativas.....	-	-
Baixa de despesas administrativas.....	-	-
Baixa de sorteio decorrido.....	-	(3.295)
Transferência PRA.....	(147.594)	147.722
Transferência PRV.....	(520.332)	520.340
Reculta com penalidades.....	(2.137)	-
Saldo final - 31 de dezembro de 2021	983.421	61.495
Circulante.....	896.074	195.506
Não circulante.....	87.347	165.990

11.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A) ..	1.318.808	1.091.580
Cotas de fundos de investimento.....	1.119.917	813.461
Títulos de renda fixa - públicos.....	340.249	358.324
Total de ativos oferecidos em garantia (C)	1.460.166	1.171.785
Excedente (C - A - B)	141.358	80.205

12. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos referente aos títulos de capitalizações que estão em processo de quitação. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

12.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Vencidos de 1 a 30 dias.....	2.253	2.013
Vencidos 31 a 60 dias.....	-	219
Vencidos 61 a 120 dias.....	-	145
	2.253	2.377

13. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

13.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cíveis.....	662	476
Fiscais.....	10	-
Total	672	476

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	476	476
Constituições.....	341	341
Enc. êxito/reversões (i).....	(123)	(123)
Pagamentos.....	(130)	(130)
Atualização monetária.....	98	98
Saldo em 31 de dezembro de 2022	662	662
Quantidade de processos.....	32	32

13.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cíveis.....	506	457
Total	506	457

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 160.000, dividido em 59.831.612 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R\$ 115.000, dividido em 45.228.724 unidades em 31 de dezembro de 2021). As aprovações de aumento de capital realizada pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2022 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R\$
22 de fevereiro de 2022.....	639	12.000
30 de agosto de 2022.....	924	10.000
09 de setembro de 2022.....	944	12.000
19 de setembro de 2022.....	976	10.000
		44.000

(b) Reservas de Lucros</

